

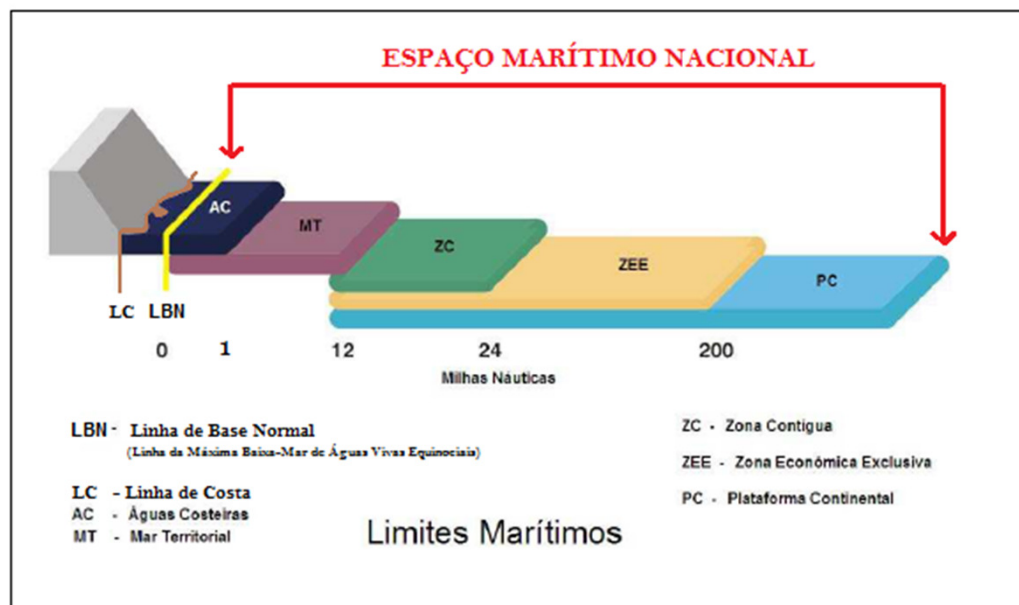
9.1 Proposta para retificação do DL 29/2017, 7 de agosto

O Projeto de alteração ao DL nº 180/2009, publicado no DL nº 29/2017, não seguiu a redação proposta e aprovada por unanimidade no CO-SNIG.

Os dados referentes ao mar, nomeadamente o **Espaço Marítimo Nacional**, não estão espelhados no articulado desse DL:

- **Espaço Marítimo Nacional**

área compreendida entre as linhas de base até ao limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas.



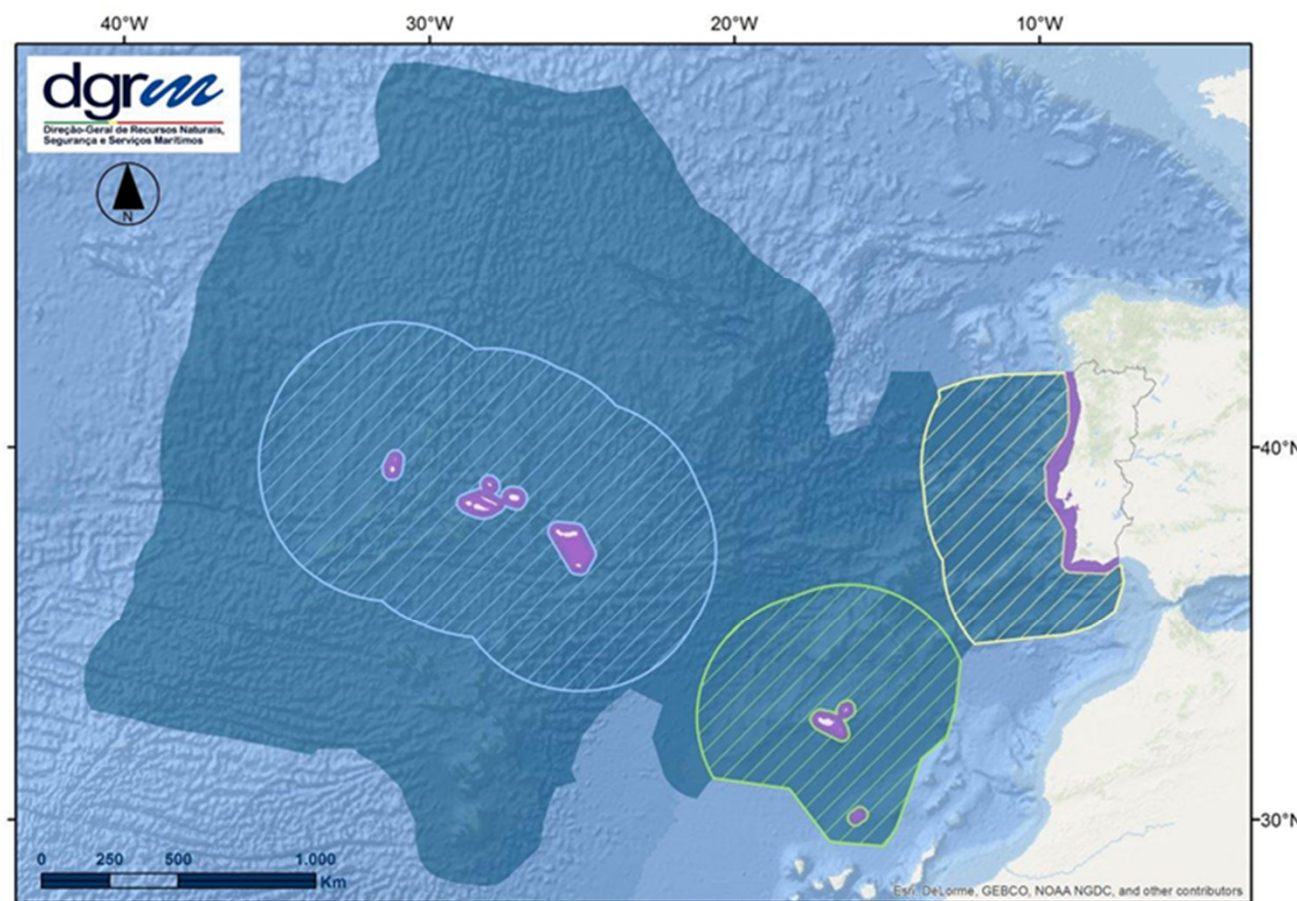
20ª reunião do CO-SNIG

9. Outros assuntos



98% de Portugal é Mar

- Território emerso: 92.207 km²
- ZEE Continente: 287.521 km²
- ZEE Açores: 930.687 km²
- ZEE Madeira: 442.248 km²
- Plataforma continental portuguesa: 3.769.293 km²
 - 1.660.456 km² - fundo marinho da ZEE
 - 2.108.837 km² - extensão plataforma continental



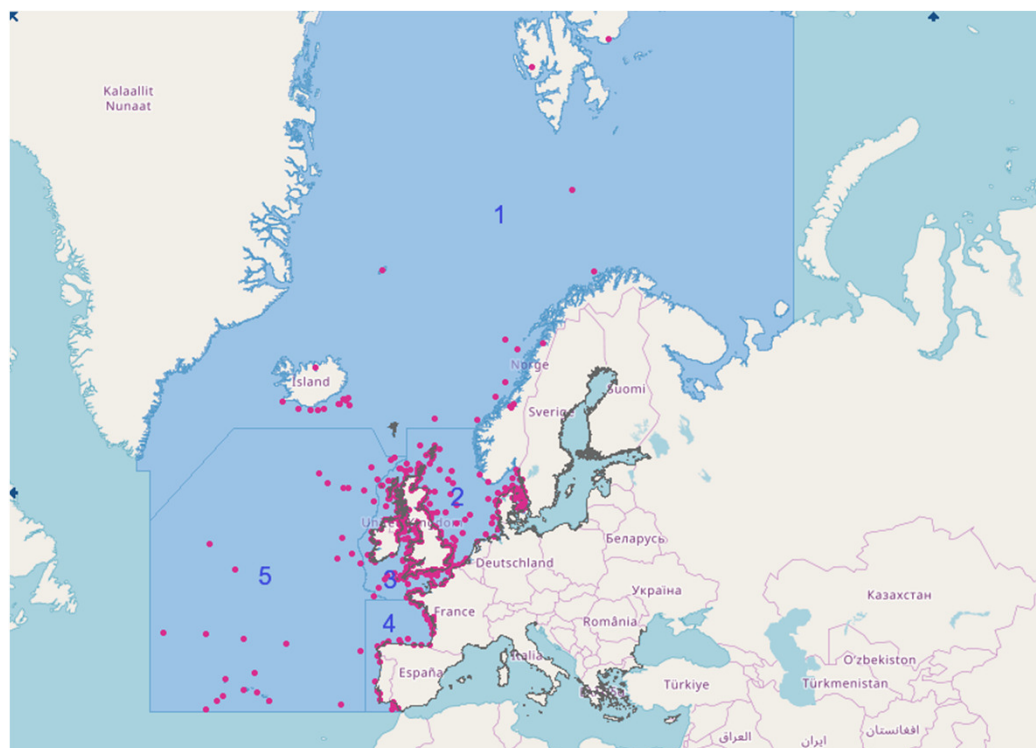
20ª reunião do CO-SNIG

9. Outros assuntos

dgrm



- Portugal representa cerca de 50% do mar da União Europeia e com o BREXIT essa percentagem vai aumentar .
- Portugal ocupa o cargo de Secretário Executivo da OSPAR



A DGRM obrigações de
reporte de IG para a OSPAR

20ª reunião do CO-SNIG

9. Outros assuntos

dgrm



- Recentemente, com o início da discussão , na ONU, da proposta portuguesa vários membros do governo Português tem referido que ***“o dossiê mais estratégico para Portugal é a extensão da plataforma continental”.***

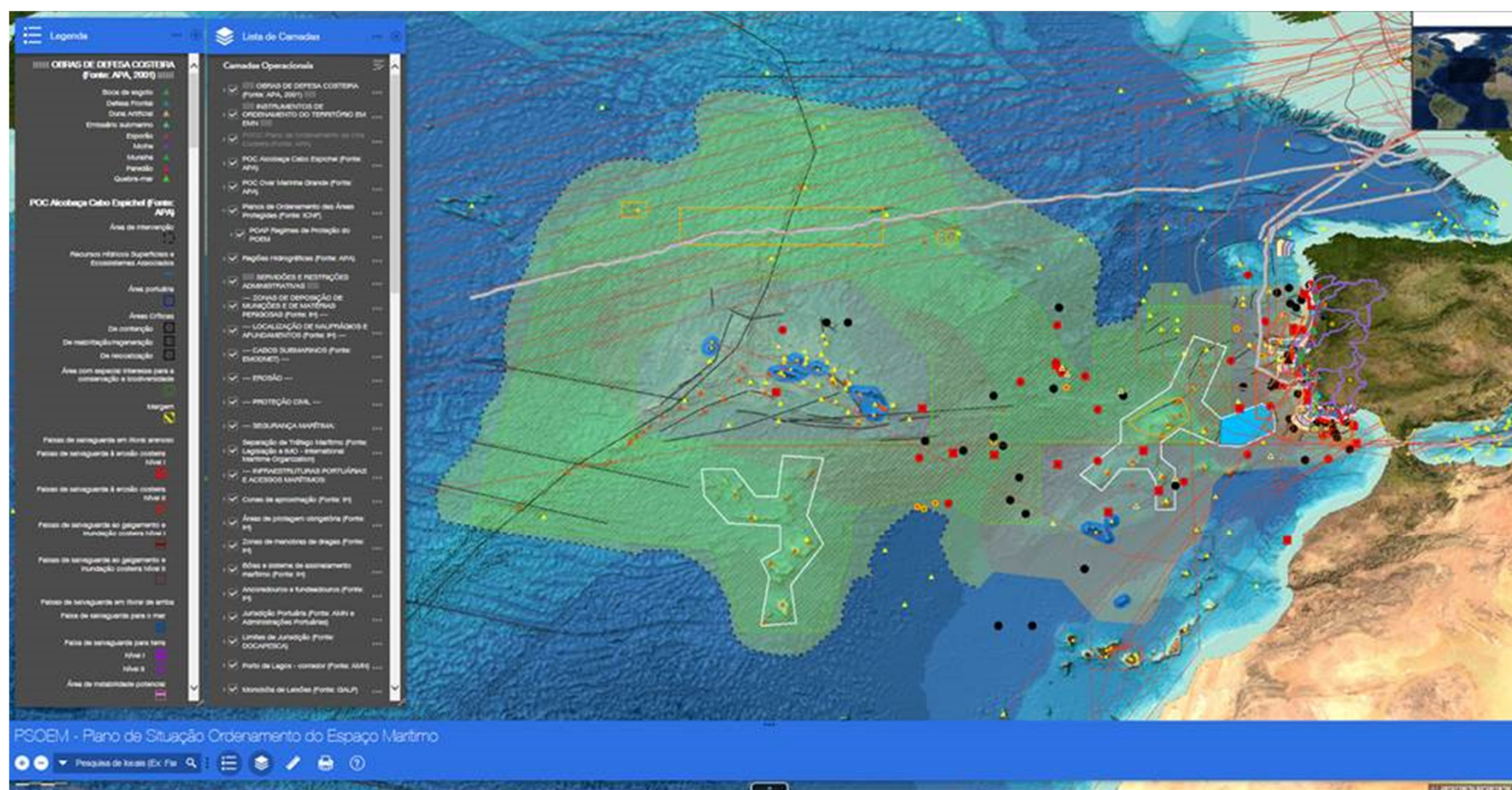


Para o também presidente da CIP é importante colocar o tema mar na agenda dos decisores políticos e investidores

20ª reunião do CO-SNIG

9. Outros assuntos

Dados geográficos existentes no Espaço Marítimo Nacional
(Geoportal em www.psoem.pt).



- Os dados prioritários para e-reporting nomeadamente os referentes à **DQEM – Diretiva Quadro Estratégia Marinha** - também cobrem a plataforma continental que vai muito para além do referido como “zonas costeiras” do DL e que se trata efetivamente do imenso “espaço marítimo nacional”.

Sobre a remoção (!) da referencia ao espaço marítimo nacional:

Regime Jurídico do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional

[Lei n.º 17/2014, de 10 de abril](#)

Lei de Bases do ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM)

[Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março](#)

Desenvolve a LBOGEM, estabelecendo:

- O regime dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional;
- O regime jurídico aplicável aos títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional; O regime económico e financeiro associado à utilização privativa do espaço marítimo nacional;

As zonas marítimas nacionais, que no seu conjunto constituem o mar português, têm os seus limites estabelecidos na [Lei nº 34/2006, de 28 de julho](#).

Texto do Diploma publicado (a vermelho o texto aprovado no CO-SNIG que foi removido)

11 — Zonas de gestão/restricção/regulamentação e unidades de referência

*Zonas geridas, regulamentadas ou utilizadas para elaboração de relatórios a nível internacional, europeu, nacional, regional e local. Compreende aterros, zonas de proteção de captações destinadas ao consumo humano, zonas vulneráveis aos nitratos, **zonas de condicionamento à pesca(1)**, vias navegáveis regulamentadas no mar ou em águas interiores de grandes dimensões, zonas de deposição **e imersão de resíduos(2)**, zonas de ruído condicionado, zonas autorizadas para efeitos de prospeção e extração mineira, regiões hidrográficas, unidades de reporte pertinentes e zonas abrangidas pela gestão das zonas costeiras **e espaço marítimo nacional(3)**.*

(1) Zonas de condicionamento à pesca

Estas zonas são definidas na legislação nacional e muitas delas estão afastadas das zonas costeiras

(2.) Descarga de resíduos é um termo aplicado a depósito em terra e **Imersão de resíduos** (ou dragados) é o termo oficial para o mar.

Assim “Zonas de deposição e imersão de resíduos” abrange as situações em terra e no mar

(...)

3 — Toponímia

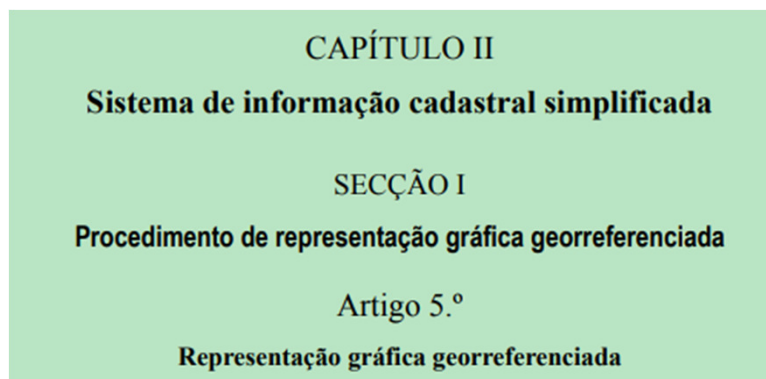
Denominações das zonas, regiões, localidades, cidades, subúrbios, vilas, aldeias ou povoações, ou de qualquer característica geográfica ou topográfica de interesse público ou histórico.

(...)

Deverá ser incluída a referencia a toponímia submarina como o “*nome de relevos submarinos*”

9.2 Sistema de Informação Cadastral simplificado – Pedido de esclarecimento

A Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, criou o sistema de informação cadastral simplificado



(...) 2 — As operações de representação gráfica georreferenciada promovidas por iniciativa de entidades públicas, nos termos do número anterior, são da competência:

- a) Do **município ou freguesia** territorialmente competente;
- b) Da **Direção -Geral do Território (DGT)**;
- c) Das **entidades públicas** com competência de natureza territorial que promovam operações fundiárias ou exerçam competências na área do ordenamento do território;
- d) Da **Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)**, nos termos previstos na presente lei.

(...)

A DGRM solicita esclarecimento pelo facto da pelo facto da Diretiva Inspire não se aplicar ao “Sistema de Informação Cadastral Simplificado”

Artigo 26.º

Informação cadastral simplificada e sistema nacional de informação geográfica

Aos conjuntos e serviços de dados geográficos adquiridos, produzidos e disponibilizados no âmbito da presente lei não se aplica o disposto no artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março.